

# Pátio

*revista pedagógica*

ANO I Nº 1 Maio/Julho 1997 R\$ 8,00



**Inteligência:  
Dimensões e  
Perspectivas**



# Você nunca esteve aqui

O ano de 1996 foi, segundo o MEC, "o ano da educação". A primeira pergunta que me ocorre é se isso quer dizer que os anos anteriores não o foram, ou se os seguintes não o serão. O slogan "Acorda Brasil, está na hora de ir para a escola" continua sendo veiculado. Será que isso quer dizer que não estávamos indo à escola?

Tal referência à campanha de *marketing* do MEC não deve ser entendida como uma crítica, pois nesse caso eu poderia ser justamente repreendido por querer fazer com que o projeto educacional do Governo Federal se resume à campanha de imagem pública, o que não é verdade. Seriam necessários muitos artigos para realizar uma análise crítica e abrangente da situação da educação no Brasil e das medidas que o governo federal tem tomado nessa área. Por outro lado, é possível tomar uma questão menos ambiciosa, mas ainda assim crucial, e levantar e discutir aspectos relevantes para a elaboração de uma proposta mais ampla de mudanças.

Se concordamos que a educação escolar brasileira não é o que *minimamente* gostaríamos que ela fosse, e se os slogans "ano da educação" e "acorda Brasil" são interpretados como marcando o início de uma nova era - o que eles definitivamente sugerem -, então nós, educadores e educadoras, acostumados a pensar em termos de "anos letivos", não temos alternativa senão concluir que fomos reprovados. Apesar de nossos heróicos esforços, da abnegação quase missionária; apesar das longas horas trabalhadas por curtos salários; apesar de nossas tentativas de construirmos nossas próprias soluções para os problemas que se nos apresentavam: apesar de tudo isso, o fato é que fomos reprovados. A "nova era" é o novo ano letivo, mas a nossa meta continuará sendo a mesma: que a educação escolar brasileira seja ao menos o que *minimamente* gostaríamos que ela fosse.

Na verdade, poderíamos até dispensar o "ano da educação" como demarcador. Se ao fim de cada ano letivo "comum" (para nós, brasileiros, praticamente o ano calendário) refletíssemos sobre o que alcançamos na educação brasileira naquele ano, chegaríamos a uma conclusão semelhante: fracassamos, apesar de nosso esforço. Não estou fazendo aqui uma leitura pessimista, mas simplesmente cristalizando - de maneira um pouco simplista, talvez, mas ainda assim verdadeira - o que educadores e educadoras dizem. Qual foi a última vez em que a educação brasileira foi referida por uma fala de sucesso? Talvez com Paulo Freire, e mesmo assim apenas uma esperança, em termos do

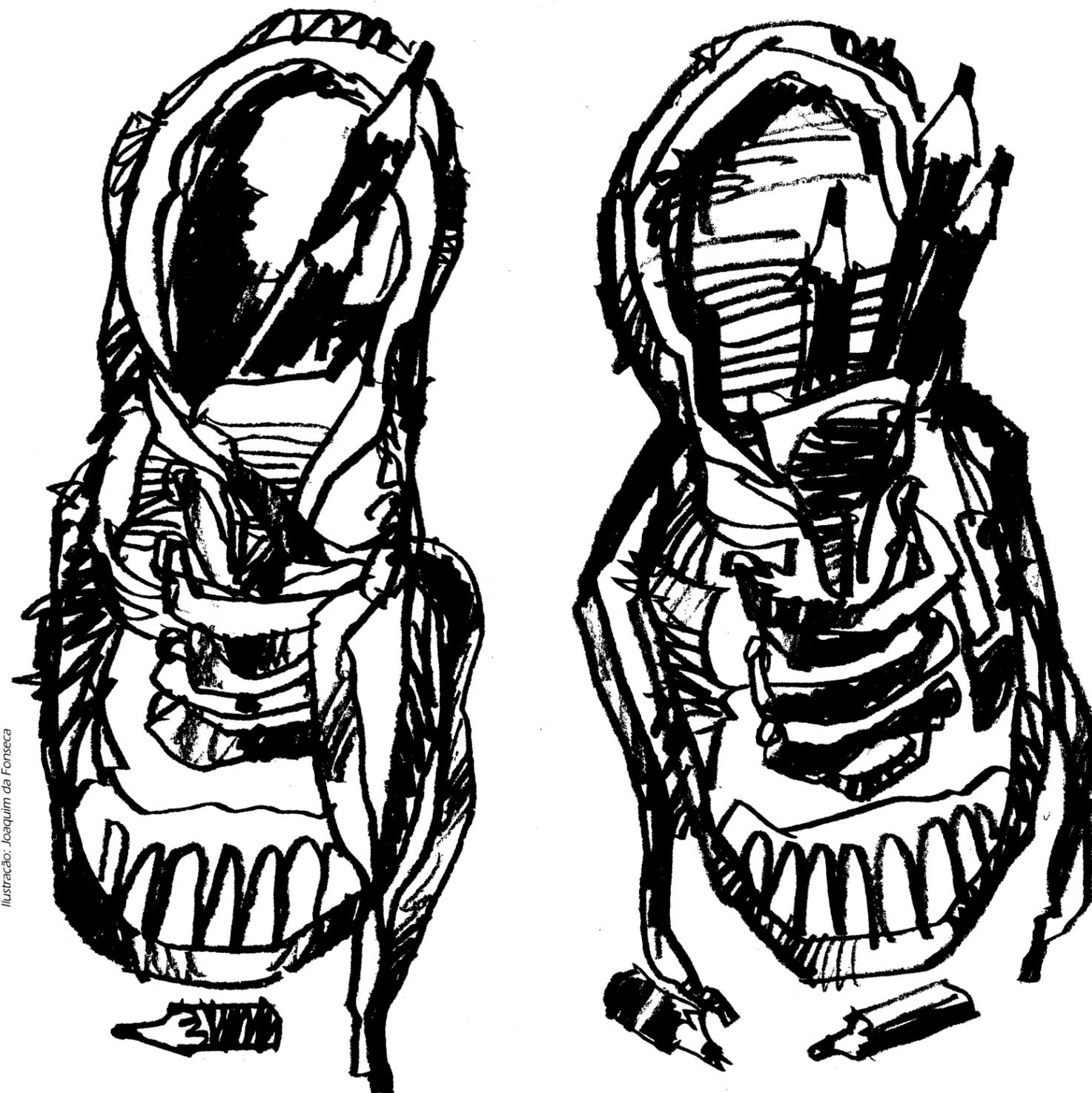


Ilustração: Joaquim da Fonseca

sistema como um todo. Este último ponto indica que tivemos, sim, sucessos, mas o quadro geral certamente não é de sucesso.

Por que é que ao final do ano letivo não nos sentimos, nós, educadores e educadoras, reprovados por nosso fracasso? Não é porque não vemos que há problemas. Talvez seja porque ao final do ano letivo temos os alunos para serem aprovados ou reprovados, um processo que tem efeitos bastante claros: os alunos reprovados irão "repetir o ano", enquanto que os aprovados irão "passar de ano". O fracasso tem uma consequência, e isso cria a impressão de que algo foi feito a respeito.

Mas e quando estamos falando de nossa reprovação no "ano letivo" demarcado pelo slogan "ano da educação"? O que podemos fazer? Certamente não podemos reprovar outra vez os alunos que já foram reprovados (assim como não é possível condenar uma pessoa duas vezes pelo mesmo crime), e muito menos faria sentido aprovar outra vez os que já foram aprovados.

Se fosse para seguir os procedimentos que normalmente adotamos, talvez devêssemos sofrer, nós mesmos, o efeito da reprovação: repetir *tudo*, as coisas que fizemos bem e as que não fizemos tão bem, voltar a fazer as coisas como fazíamos antes de aprendermos um pouco mais. Por exemplo, talvez tivéssemos que voltar ao tempo da aplicação de castigos físicos na escola, *apesar de já termos aprendido que isso que fazíamos não é correto*. Ou voltarmos a adotar a descontinuidade entre a 1ª e a 2ª séries do 1º grau, apesar de já sabermos que a continuidade é melhor.<sup>1</sup>

Por estranho que essa consequência pareça, é exatamente isso que fazemos com os alunos e alunas a quem reprovamos: um aluno reprovado em Matemática irá, independentemente do que tenha aprendido no ano anterior, passar por *tudo* de novo, o que já sabe e o que não sabe. E mais: ele terá que passar de novo *por tudo em todas as matérias*, independentemente de ter sido aprovado ou não naquelas matérias.

Em termos de nossas vidas, isso corresponderia a repetirmos não apenas o que fizemos em nossas atividades profissionais, mas também em todas as outras frentes: teríamos, talvez, que abandonar nossas atuais famílias e voltar para a casa de nossos pais, ou para um casamento anterior. Talvez devolver todos os bens que adquirimos e começar outra vez o processo de sua

acumulação. Talvez tivéssemos que voltar à escola, eventualmente ao primário, aprender a ler outra vez. Para não transformar a situação em ficção científica, podemos estabelecer um prazo: 20 anos. O que você estava fazendo há 20 anos? Seria de lá que comecariamos a repetição toda...

**Essa “repetição” nossa** é bizarra, mas também claramente *inadequada*, e quando falo de inadequação quero dizer que a repetição de nossos 20 últimos anos de vida não parece ser uma proposta de resposta adequada ao fato de que fracassamos.

O que é, então, que faz parecer razoável para tantas pessoas que os alunos possam “repetir” o último ano de suas vidas? Parece que o elemento básico é que essas pessoas assumem que o que se dá na escola é simplesmente um desenrolar de procedimentos didáticos, de modo que a “repetição” é uma mera repetição de procedimentos didáticos: estudar de novo o que não aprendeu. Mesmo que isso fosse verdade - o que não é -, por que fazer o aluno passar de novo por todos os procedimentos didáticos das matérias nas quais foi aprovado? Se o aluno pode passar com média 5 em Matemática, possivelmente significando que aprendeu metade do que deveria ter aprendido em Matemática, por que ele não pode passar com média 5 no geral? Isto é, um 6 em Geografia compensando um 4 em Matemática, por exemplo. E por que 5? Não é de fato muito pouco aprender apenas metade do que se deveria ter aprendido (supondo aqui que o 5 quer dizer isso)?

Há razões “práticas”, dirão alguns: por exemplo, como organizar um horário no qual um aluno assiste a todas as aulas com a turma de 6ª série, menos as de Matemática, que ele assiste com a turma de 5ª série (ou de 4ª, se foi reprovado duas vezes em Matemática)? Há razões “estruturais”, dirão outros: como o aluno que foi reprovado em Matemática na 6ª série vai poder estudar as equações da física da 7ª série?

**As pessoas que acham** a reprovação razoável parecem acreditar que a avaliação (notas) está mesmo relacionada com o que o aluno aprendeu: nesse caso, para eles não seria verdade que o aluno que passa com menos de 10 deixou de aprender algo, e que esse algo pode ser *exatamente* o que vai fazer falta na aula de Ciências?

Poderíamos ir além, e considerar em que medida a repetição de todas as matérias serve, por exemplo, para valorizar a aprovação dos que o foram: ao classificar os alunos por séries, o sistema marca com toda clareza e explicitude o sucesso e o fracasso, um procedimento que permite uma realização mais eficiente da produção de mais-valia no âmbito escolar, um mecanismo muito bem analisado por Baldino (1994).

O argumento da repetição de todo o último ano escolar por causa de uma única matéria (ou de algumas) é *evidentemente insustentável*, além de ser parte da *sustentação de uma ideologia particular*. O que parece ser razoável não o é; o que parece ser neutro não o é. E mais ainda, ao ser reprovado “integralmente”, o que se está dizendo ao aluno é “você nunca esteve aqui”, o que institui para esse aluno uma situação de absurdo completo.

A repetição de todo um ano por um aluno reprovado em uma única matéria é tão bizarra quanto a repetição de todos os aspectos de nossas vidas por termos fracassado em um aspecto particular, em nosso caso, educar bem nossos alunos.

Vamos agora aplicar o *mesmo* argumento, e mostrar que mesmo a repetição em uma única matéria é bizarra e inadequada.

**ao ser reprovado  
“integralmente”,  
o que se está dizendo  
ao aluno é “você  
nunca esteve aqui”,  
o que institui  
para esse aluno  
uma situação de  
absurdo completo**



Tomemos o caso de matemática. Há escolas que separam as aulas de Geometria das de Álgebra, por exemplo, de modo que o aluno pode ser aprovado em uma sendo reprovado na outra. Se aplicarmos aqui o argumento apresentado anteriormente, nessas escolas não faz sentido fazer o aluno repetir a Geometria só porque foi reprovado em Álgebra. Mas se a escola não separa as matérias?

Consideremos, agora, um caso ligeiramente diferente, o do aluno que foi “aprovado” no 1º bimestre (nota do bimestre maior ou igual a 5), mas reprovado ao final do ano. Ele não mostrou que aprendeu a matéria do 1º bimestre? Por que haveríamos de fazê-lo repetir o 1º bimestre? O argumento é aqui o mesmo que torna insustentável fazê-lo repetir a Geografia por causa da Matemática. A unidade “bimestre” é arbitrária: poderíamos tomar “mês” ou “semana” e aplicar o mesmo argumento.

**Mas a reprovação** não se dá a cada bimestre, de modo que é perfeitamente plausível que um aluno seja aprovado no 1º bimestre, reprovado no 2º e aprovado outra vez no 3º. Se adotamos uma linearização completa de nossa noção de aprendizagem, a reprovação no 2º bimestre deveria invalidar a aprovação no 3º, mas não é isso que fazemos. Aconteça o que acontecer, o aluno tem o tempo de *um ano* para recuperar-se. Por que um ano? Não é tão arbitrário quanto um bimestre?<sup>2</sup>

Para mostrar que é absurda a repetição de todo um ano em uma única matéria, partimos apenas do evidente fato de que é absurda a repetição de todas as matérias por causa de uma única, o que mostra que fazer um aluno repetir todo um ano, mesmo em uma única matéria, é *também* dizer a ele “você nunca esteve aqui”.

A reprovação corresponde, em qualquer medida, a “você nunca esteve aqui”, sempre que adotamos o ponto de vista de que ela (a reprovação) tem como efeito uma repetição.

Resumindo, as considerações dos últimos parágrafos indicam dois pontos importantes:

1) O sistema escolar já trabalha, mesmo no estado deformado(r) em que está, com o fato de que, ao longo de um período de um ano, alunos e alunas têm a possibilidade de aprender um pouco mais tarde o que não aprenderam “na época certa”; além disso, esse período de um ano é claramente arbitrário.

2) O sistema escolar já trabalha, mesmo no estado deformado(r) em que está, com o fato de que alunos e alunas podem “seguir adiante”, apesar de não terem aprendido tudo o que deveriam ter aprendido; além disso, a marca de 50% para a aceitabilidade é arbitrária.

A conclusão que se pode derivar desses dois pontos é a seguinte: a eliminação pura e simples da reprovação na escola já faz parte dos pressupostos da escola como ela é *hoje*. Sua implementação depende apenas da negociação de um parâmetro arbitrário: no caso do ponto 1, proponho que se tome o período como sendo os oito anos de escola de 1º grau, como se faz na Inglaterra. Além disso, quero observar que, no caso particular da Matemática, embora seja mito corrente entre professores e alguns matemáticos, a escola não trabalha com a idéia de que “a Matemática é um *edifício*, e que a pessoa precisa do que vem antes para aprender o que vem depois”; se o fizesse, não teria como esperar um ano inteiro para reprovar.

No caso do ponto 2, uma mudança de perspectiva é necessária. Ao invés de pensarmos “desejável”. Essa mudança torna sem sentido a discussão de um “valor de corte”. O “máximo desejável” pode ser 120% (o aluno aprendeu tudo e mais um pouco), não importa. O que importa é que nossos olhos estarão voltados para a aprendizagem, e não para a seleção, o corte. Se um aluno não aprendeu o que “deveria”, não há reprovação que exima o professor de sua responsabilidade de continuar tentando. E já que o professor não tem mais o poder de reprovar, seu papel como *aliado* do aluno não é mais ambíguo.<sup>3</sup> Como na Inglaterra, podemos considerar a existência de um exame de final de escola de 1º grau, mas esse exame seria *externo* à escola.<sup>4</sup>

**O fim da reprovação** traria, então, duas mudanças importantes: mais tempo para que alunos e alunas possam ajustar seus processos de aprendizagem e uma mudança de foco em direção precisamente de algo que parece interessar à educação – aprendizagem.

Há ainda um último ponto que é preciso enfrentar, que é a resistência de muitos ao fim da reprovação. O que mais impressiona é que uma argumentação como a anterior parece não afetá-los muito. Quando tive a oportunidade de defender essa idéia para audiências, invariavelmente surgiram duas questões: a da linearidade (que já abordei) e a da disciplina: “Mas se não temos o recurso da reprovação, como vamos manter a disciplina?”. Essa segunda questão pode parecer ridícula, mas não deve ser tratada assim. É esse tipo de preocupação que atinge muitos professores, do mesmo modo que a outra questão, de natureza pedagógica (os “pré-requisitos”).

O problema real não é que muitos professores (e não-professores envolvidos no sistema educacional) pensem assim, mas a perspectiva que torna legítimos tais pontos de vista. O fato é que precisamos pensar desde uma nova perspectiva; enquanto estivermos *dentro* do atual sistema, com o “recurso” da reprovação em nossas mãos, nunca iremos enfrentar seriamente questões como a da “disciplina” (que de outra perspectiva seria uma questão de *motivação, engajamento e compromisso* de alunos e professores com os processos educacionais), ou como a de que *efetivamente* a educação deve se preocupar com a *aprendizagem*, e não aceitar jamais o fracasso. Sem a reprovação, sem o castigo institucional para quem não fez “o que devia” e sem o escudo que protege nossas consciências (“a culpa não foi minha, pois/portanto o aluno é que foi reprovado”), teríamos que nos engajar num pensar novo.

Um paralelo pode ser traçado com relação a duas outras instituições: prisões e manicômios. Quando Franco Basaglia acabou com os manicômios na Itália e mandou os internos de volta para suas casas, a primeira reação foi de gritaria geral por parte dos parentes “saúdáveis”: “como vamos cuidar desses loucos?”. Aos poucos as soluções foram aparecendo, mas também foi mudando a própria noção de que a loucura era

loucura só do louco; a perspectiva de que a loucura era, de algum modo, de toda a família foi sendo melhor entendida. O caso das prisões nos traz um ângulo diferente. Talvez, se as prisões fossem abolidas, fôssemos todos *forçados* a nos empenhar mais para evitar que a criança hoje em formação se transformasse em criminoso ou criminosa daqui a 10 anos. Acredito que hoje não fazemos o suficiente exatamente porque temos as cadeias para guardar os fracassados: “a culpa não é nossa”.

Manicômios e prisões dizem: “Você não pode estar aqui”. Escolas dizem: “Você nunca esteve aqui”. Não adianta ficarmos reproduzindo um discurso de sociedade melhor, sem estarmos dispostos a admitir que nós mesmos estamos sustentando instituições que nos confortam em nossa dificuldade (medo) de mudar.

**Fazer um aluno repetir** um ano é injusto e é improdutivo (os alunos precisam de tempo). Revela, ao mesmo tempo, uma visão pobre e mesquinha de aprendizagem (“passar com sucesso por procedimentos didáticos adequados”) e uma incapacidade fundamental para assumir a responsabilidade que *dizemos* nos caber: ajudá-los a aprender. Mais que isso, uma reprovação baseada em procedimentos arbitrários e viciados, e teoricamente infundados, como é esse nosso sistema de provas e notas, é uma forma eficiente de incutir nos alunos as idéias de que pessoas são linearmente graduáveis em melhores e piores, e de que sucesso e fracasso na escola são questões individuais (“a culpa é minha” / “o mérito é meu”), finalmente justificando as desigualdades sociais numa perspectiva liberal ou conservadora.

Tudo isso dito, é preciso ter clareza de que não bastaria implementar o fim da reprovação “por canetada”. Devemos começar com as 1ªs séries, e devemos ter uma ampla discussão nacional sobre as vantagens e dificuldades desse sistema. Assim como os alunos, os professores precisam de tempo.

**Rômulo Campos Lins é professor do Departamento de Matemática – IGCE/UNESP, Rio Claro, e do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática do mesmo Instituto. É também presidente da Sociedade Brasileira de Educação Matemática.**

#### Notas

<sup>1</sup> Em pelo menos um aspecto essa “repetição” não seria tão má: talvez nossos salários voltassem a ter o poder aquisitivo de alguns anos atrás...

<sup>2</sup> Pois eu proponho que consideremos tomar como unidade básica do sistema o “bimestre letivo”. O funcionamento geral não muda em nada, e haverá a vantagem de que o aluno reprovado poderia rever logo o que não aprendeu, ao invés de ter que esperar o ano inteiro.

<sup>3</sup> Num sistema com reprovação, como uma espécie de esfinge, o professor diz ao aluno “aprende (o que eu te ensino), ou te devoro”; o aluno está diante do professor como viajante em frente da esfinge: sem saída.

<sup>4</sup> Minha menção à Inglaterra tem razão simples: é um sistema que conheço bem e que tive oportunidade de discutir com colegas há muitos anos trabalhando nele. Há, certamente, outras alternativas.

#### Referências Bibliográficas

Balduino, R.R. *Sobre a Ética da Assimilação Solidária: Consciência Clínica e Mais-Valia*. Relatório Interno, nº 26, Departamento Matemática da UNESP, Rio Claro.